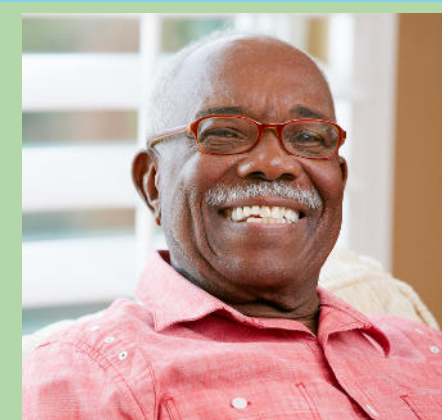


MPF em defesa dos direitos do cidadão



**Ministério Público Federal em Rondônia
Procuradoria Regional dos Direitos do Cidadão**

**Relatório de atividades - Edição 2017
Atuações em 2015 e 2016**



A Procuradoria Regional dos Direitos do Cidadão (PRDC) integra o Ministério Público Federal (MPF) e atua na defesa de direitos constitucionais como a liberdade, igualdade, dignidade, saúde, educação, assistência social, acessibilidade, segurança pública, o direito à informação e à livre expressão, entre outros.

A sede da PRDC em Porto Velho tem como área de atuação as cidades de Alto Paraíso, Ariquemes, Buritis, Cacaulândia, Campo Novo de Rondônia, Candeias do Jamari, Cujubim, Governador Jorge Teixeira, Itapuã do Oeste, Jaru, Machadinho d'Oeste, Monte Negro, Rio Crespo, Theobroma e Vale do Anarí.

Procurador Regional dos Direitos do Cidadão

Raphael Luís Pereira Bevilaqua

Procuradora Regional dos Direitos do Cidadão Substituta

Gisele Dias de Oliveira Bleggi

Equipe da PRDC em Rondônia

José Fernando Menezes
(Técnico Administrativo)

Raphael Bevilaqua
(Procurador da República)

João Valter
(Técnico Administrativo)

Afonso Perea Monteiro
(Secretário)

Eudes Neves da Silva Santana
(Analista processual)

Lara Oliveira Rego
(Analista processual)

Antônia Myrla de Menezes
Iasmine Guárdia Menandro
(Estagiárias de Direito)



Assessoria de Comunicação Social

Luiza Archanjo (Assessora)

Igor Macedo (Técnico Administrativo)

Mari de Pinho (Estagiária de Jornalismo)

Ministério Público Federal em Rondônia

Rua José Camacho, 3307, Embratel

Porto Velho/RO CEP 76820-886

E-mail: prro-contato@mpf.mp.br

Telefone: (69) 3216-0500

Nenhum direito a menos!

A Procuradoria Regional dos Direitos do Cidadão (PRDC) em Rondônia, no biênio 2015/2016, continuou sua busca por garantir os direitos fundamentais individuais e coletivos previstos pela vontade constituinte do Estado Democrático de Direito. Invariavelmente, contou com a ajuda da sociedade civil organizada (movimentos sociais) e dos cidadãos individualmente considerados, que são peças fundamentais para alcançar esse objetivo.

Lamentavelmente, o quadro social/econômico do país se degenerou e degenera muito rapidamente, colocando em risco muitas conquistas seculares do povo trabalhador e a vida de muitos desses atores sociais. Embora todos sejam dignos de nota (mais de 40 lutadores sociais mortos no período), mencionaremos dois casos emblemáticos: Nicinha (Nilce dos Santos) – atingida por barragem – e o casal Paulo e Edilene – trabalhadores rurais sem terra.

Nicinha morava em Abunã, era pescadora e, após a construção do complexo de usinas hidrelétricas do Rio Madeira, teve seus níveis de vida, também o de seus companheiros, drasticamente comprometidos. Havia recusado a oferta de indenização do empreendedor por não contemplar todos os seus companheiros e por considerar o valor indigno. Estava morando na beira do lago da usina de Jirau para tentar sobreviver, onde foi morta. Sua luta culminou no ajuizamento de ação civil pública do MPF em desfavor do consórcio operador do empreendimento.

Paulo e Edilene, que tinham uma filha em idade escolar, eram trabalhadores rurais sem-terra acampados na fazenda chamada "Formosa", no interior do Estado, e denunciaram a destinação ilegal de terras públicas e a inércia dos órgãos públicos em efetivar a reforma agrária. Também morreram assassinados na área, junto com outros companheiros. Suas

denúncias geraram por duas vezes a intervenção do MPF e a suspensão da reintegração de posse da fazenda para particular que indevidamente se diz "proprietário".

Nenhum deles pediu mais do que lhes era devido pelo Estado, por lei, mas a omissão dos poderes públicos foi notória. Suas vidas, no entanto, não foram em vão. Não para seus companheiros e nem para a PRDC. Suas lutas se traduziram em ações sociais e jurídicas concretas.

Aliás, a verdadeira missão da PRDC, na qual estão comprometidos todos os integrantes do gabinete, é tentar dar voz àqueles que ainda não têm. Cooperar com a sociedade civil (organizada ou não) para fazer eco às suas justas demandas. É possível e não é favor, é direito.

Esse pequeno relatório, que tenta traduzir em números a colaboração deste órgão para a luta, às vezes dramática, do povo de Rondônia por sua vida, não poderia vir desacompanhado do breve relato de algumas dessas histórias de sacrifício pessoal inimaginável. Serve também para mostrar que nosso trabalho não são processos/procedimentos, mas pessoas. Pessoas valem sempre a pena.

Por fim, espero que o relatório, mais uma vez, sirva para mostrar que é possível sim fazer a diferença; que, quanto mais caminarmos juntos, menos sacrifícios serão impostos a alguns poucos; e para que os espíritos inquebráveis das Nicinhas, Paulos e Edilenes nos acompanhem, nos guiem e inspirem em um só coro: nenhum direito a menos!

Raphael Bevilaqua
Procurador da República

Atuação extrajudicial

Na condução das investigações, a PRDC produz despachos e expede ofícios relacionados a autos administrativos (inquérito civil, procedimento administrativo, procedimento preparatório, notícia de fato) e a documentos avulsos (ofícios recebidos, denúncias eletrônicas ou protocoladas fisicamente etc).

Todos os anos, procedimentos são instaurados, originando novas investigações. Alguns casos são arquivados (por objetivo foi atingido, perda do objeto, situações que não apresentaram danos que justifiquem a atuação do MPF, casos já investigados por outras instituições ou que já constam em ações na Justiça, por exemplo). Outros resultam em recomendações expedidas a instituições e órgãos públicos.

Há também situações que não tem relação com o trabalho da PRDC e, por isso, são repassadas a outras instituições ou setores do próprio MPF. Esses casos são chamados de declínio de atribuição.

Outra atuação extrajudicial bem frequente da PRDC é a participação em reuniões que trataram de interesses dos cidadãos.

Resultados de 2015

Saldo inicial (1º de janeiro)	Entradas (novas investigações)	Saídas (investigações concluídas)	Saldo posterior (31 de dezembro)
251	105	121	235

Principais atuações

Procedimentos instaurados (entradas)	105
Promoções de arquivamento (saídas)	94
Declínio de atribuição (saídas)	14
Participações em reuniões ou audiências públicas	92
Ofícios expedidos	833
Despachos	996
Recomendações expedidas	34

Resultados de 2016

Saldo inicial (1º de janeiro)	Entradas (novas investigações)	Saídas (investigações concluídas)	Saldo posterior (31 de dezembro)
235	93	120	208

Principais atuações

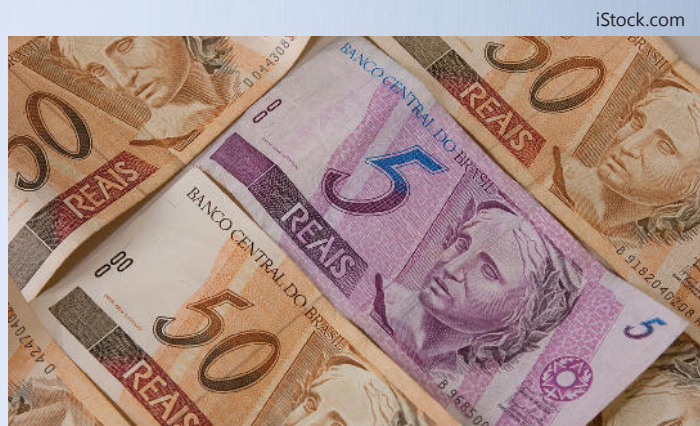
Procedimentos instaurados (entradas)	93
Promoções de arquivamento (saídas)	105
Declínio de atribuição (saídas)	12
Participações em reuniões ou audiências públicas	89
Ofícios expedidos	787
Despachos	853
Recomendações expedidas	72

Recomendações expedidas em 2015

Benefícios

Dezesseis prefeituras de Rondônia foram **recomendadas** a cumprir 18 itens para esclarecimentos do benefício assistencial Bolsa Família, a fim de promover controle, transparência e fiscalização, além de proporcionar informações à população através de palestras, reuniões, oficinas e audiências públicas.

As prefeituras também devem guardar por cinco anos cópias de documentos dos beneficiários, além de manter tudo organizado e acessível.



Educação



A Secretaria Estadual de Educação (Seduc) recolheu todo material didático que continha "Contos Antológicos", após **recomendação** do MPF. A PRDC afirma que houve diversas polêmicas sobre livros em outros estados.

O procurador Raphael Bevilaqua pediu que fosse criado um grupo técnico ou grupo de trabalho para analisar os livros didáticos que serão distribuídos às escolas estaduais pelo Programa Nacional Biblioteca da Escola (PNBE), programa desenvolvido pelo Ministério da Educação.

Moradia

Após **recomendação** da PRDC, a Caixa Econômica Federal passou a divulgar de forma transparente - por meio de cartazes, banners e folders, além de constar nas mídias sociais como facebook, twitter etc - informações claras sobre a cláusula contratual que trata de obras e conservação de garantia dos imóveis do Programa Minha Casa Minha Vida.

Os alertas passaram a ser feitos pelos funcionários do banco para que beneficiários não infringam cláusulas involuntariamente.



Saúde



O Ministério da Saúde comunicou ao MPF que, no ano de 2013, 29 municípios de Rondônia não atingiram a meta de vacina contra tuberculose e outros diversos municípios não cumpriram com a finalidade de vacinação.

A PRDC **recomendou** a 52 secretarias municipais e à secretaria estadual de Saúde que adotem medidas para que essas metas sejam alcançadas e elaborem planos como divulgação, palestras, seminários, apoio material e que cada prefeitura nomeie equipes específicas para atingir as metas do Estado.

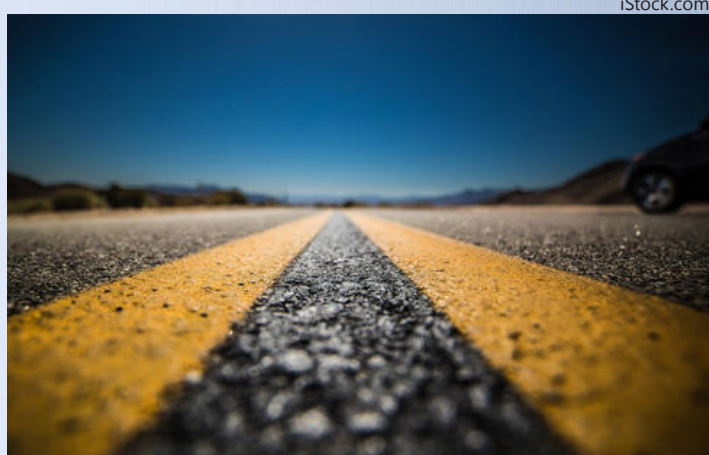
Conselho de Saúde



O MPF/RO expediu recomendação para a Secretaria Estadual de Saúde (Sesau); para a Secretaria de Gestão de Suprimentos, Logística e Gastos Públicos Essenciais (Sugespe); e para a Secretaria de Gabinete do Governador do Estado para adotarem providências sobre a interferência nos gastos públicos do Conselho Estadual de Saúde (CES).

Segundo a **recomendação**, foi relatado que a Sugespe estaria restringindo o uso dos recursos do orçamento do Conselho. Para o MPF/RO, a prática é ilegal e inconstitucional, já que o Conselho é um órgão autônomo e possui liberdade para aplicar seus recursos da melhor forma que entender.

Estradas



A PRDC recomendou que a prefeitura de Porto Velho **recupere estradas** que ligam comunidades do interior do município, com tapa buracos, cascalhamento e nivelamento.

Os moradores estavam impossibilitados de trafegar e não estavam recebendo outros benefícios de políticas públicas, como visitas de agentes, vacinação e transporte, serviços essenciais da administração pública.

Prevenção



O MPF recomendou à Secretaria do Patrimônio da União em Rondônia que notificasse todos os órgãos públicos federais para regularização de seus alvarás de funcionamento e as medidas de **prevenção** contra incêndio e pânico junto ao Corpo de Bombeiros Militar (CBMRO).

O órgão verificou que a maioria dos imóveis utilizados pelos órgãos federais em Rondônia não possui sistemas adequados de segurança, como aqueles contra incêndio e pânico.

Estrangeiros



Em 2015, o MPF/RO recomendou ao INSS que criasse normas a fim de conceder benefícios a estrangeiros residentes no Brasil que tenham deficiência ou mais de 65 anos.

Na época, o procurador da República Raphael Bevilaqua argumentou que o benefício previsto na Lei Orgânica de Assistência Social (Loas), correspondente a um salário-mínimo, deve também ser concedido aos estrangeiros residentes no Brasil porque a Constituição garante a eles os mesmos direitos à vida, liberdade, segurança, igualdade e propriedade.

A **recomendação** não foi cumprida e o caso foi objeto de uma ação civil pública ajuizada em 2016.

Solução de conflito



Em Rondônia, o Conselho Regional de Engenharia (Crea) e o Corpo de Bombeiros estavam em conflito de atribuição. Para delimitar melhor os papéis de cada um na aprovação de projetos contra incêndio, o MPF expediu uma **recomendação**.

O procurador da República Raphael Bevilaqua recomendou ao Crea que fizesse um termo de cooperação com o Corpo de Bombeiros para atuação conjunta e articulada entre as duas instituições.

Prédios comerciais, condomínios residenciais e outros tipos de imóveis precisam ter sistemas e equipamentos para prevenção e combate a incêndio. Para isso, é feito um projeto, que passa pela aprovação da instituição responsável.

Bolsa família



Prefeitos e secretários de assistência social de 25 municípios foram recomendados a verificar as pessoas cadastradas no Programa Bolsa Família, do Governo Federal.

O MPF/RO quer que servidores públicos municipais – ou familiares – e servidores públicos federais e estaduais que possuem renda incompatível com o programa e que estão na lista dos beneficiários sejam obrigados a devolver aos cofres públicos os valores recebidos indevidamente.

Pela recomendação, as relações dos beneficiários do programa devem ser afixadas nas prefeituras e nas câmaras de vereadores e divulgadas no portal da transparência federal e estadual. A **verificação** deverá ser feita pelo menos a cada dois anos.

Siscan



O **secretário estadual de Saúde** foi recomendado pelo MPF/RO a disponibilizar senhas de acesso ao Sistema de Informação do Câncer (Siscan) aos municípios que ainda não possuem.

O Siscan possibilita o controle do prazo legalmente previsto para atendimento aos pacientes com câncer pelo SUS (60 dias), após a confirmação do diagnóstico.

O **Ministério da Saúde** também foi recomendado a fornecer pleno acesso ao Siscan para o Estado de Rondônia.

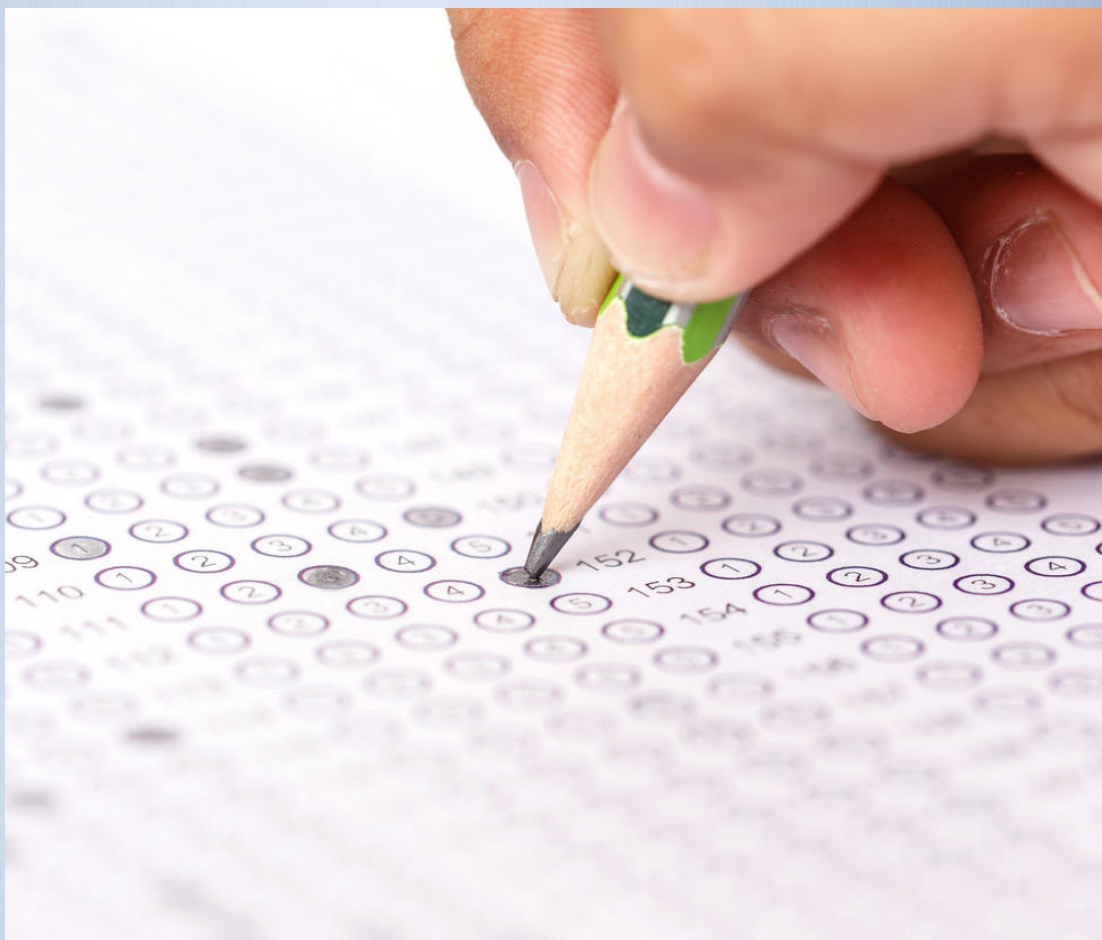
Vestibular de Medicina

O MPF/RO recomendou à faculdade São Lucas que adotasse um novo método para elaborar o vestibular da instituição destinado ao preenchimento de vagas no curso de Medicina e o apresentasse em 48 horas.

As provas do 2º processo seletivo de 2015 continham, no mínimo, 31 questões idênticas a outros certames.

Além disso, a instituição teria que divulgar os novos métodos adotados em todos os meios de comunicação possíveis.

A **recomendação** não foi acatada. Por esse motivo, o MPF/RO ajuizou ação civil pública contra a Faculdade. Na ação, o MPF solicitou que a Justiça Federal condenasse a instituição a suspender imediatamente as matrículas realizadas pelos candidatos aprovados no 2º Processo Seletivo 2015, para o curso de Medicina, a anular



iStock.com

as provas realizadas em outubro de 2014 e a fazer novo vestibular.

De acordo com o órgão, todas as questões da prova foram copiadas da Internet, de um banco de dados acessível mediante pagamento.

Direito à imagem



iStock.com

O MPF/RO emitiu uma **recomendação** às Polícias Federal, Rodoviária Federal, Civil e Militar e à Secretaria de Segurança Pública de Rondônia para que estes órgãos somente autorizem filmagens e fotografias de presos quando houver interesse público e com a presença do porta-voz ou de pessoa autorizada pela instituição, além dos policiais responsáveis pela investigação ou prisão.

As emissoras Rede TV, TV Allamanda (SBT) e TV Candelária (Record) também foram recomendadas a não produzir entrevistas com presos sem a permissão deles e do policial responsável. Além disso, as TVs devem cumprir a Constituição Federal e as leis brasileiras quanto à preservação da intimidade, vida privada, honra, imagem e dignidade das pessoas.

iStock.com

Recomendações expedidas em 2016

Liberdade de expressão

Em Ji-Paraná, professor e universitários foram vítimas de censura ao distribuírem folhetos contendo críticas aos comandantes da Polícia Militar. Por causa disso, o Ministério Público nas esferas federal e estadual, a OAB-Seccional Rondônia, as defensorias públicas da União e de Rondônia recomendaram ao governador Confúcio Moura, ao secretário estadual de Segurança Pública e ao comandante da PM que respeitem a **liberdade de expressão de manifestantes**.

O comandante-geral da Polícia Militar (PM), Ênedy Dias de Araújo, informou ao MPF/RO que acatou a recomendação.



iStock.com

Violência contra a mulher



iStock.com

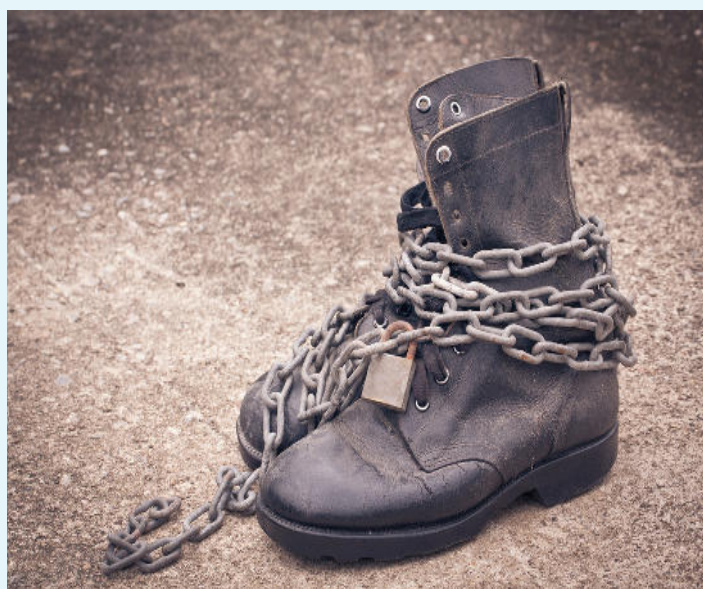
A casa noturna "Zuuk", local da festa "Dopamina", foi recomendada por cinco instituições públicas a alterar o nome do evento e a dar publicidade sobre a alteração, bem como a divulgar os canais de comunicação disponíveis para denunciar abusos e violência contra a mulher (delegacia especializada, Ministério Público Estado e Rede de Enfrentamento à Violência contra a Mulher).

Para os autores da **recomendação**, a publicidade da festa fere, ainda que indiretamente, a dignidade das mulheres, insinuando que as participantes devem ser drogadas, dopadas, alcoolizadas.

Trabalho escravo

O **Banco do Brasil**, a **Caixa Econômica Federal**, o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (**BNDES**) e o **Banco da Amazônia** receberam recomendação do MPF/RO para que não concedam empréstimos ou financiamentos com recursos públicos ou subsidiados pelo Poder Público a empregadores flagrados e autuados pela prática de submissão de trabalhadores a condições análogas à de escravo.

As instituições financeiras também devem rescindir contratos concedidos a empregadores que constem na chamada "lista suja" do trabalho escravo.



iStock.com

Preconceito



iStock.com

A Universidade Federal de Rondônia recebeu uma **recomendação** para que apure eventual falta disciplinar cometida pelo professor Samuel Millet.

A recomendação foi enviada por cinco instituições e endereçada a instâncias administrativas da Unir, como Reitoria, Comissão Permanente de Processo Disciplinar, Comissão de Ética Pública, Comissão de Estágio Probatório e Departamento de Ciências Jurídicas.

Durante aula, Millet expôs aos alunos discurso de ódio, de violência de gênero e homofóbico.

Direito à manifestação



iStock.com

O Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Rondônia (Ifro) recebeu uma **recomendação** do Ministério Público Federal (MPF) para que revogasse ou adaptasse artigos de seu Código Disciplinar Discente.

Segundo o MPF, o texto de alguns artigos poderiam atentar contra o direito de manifestação, expressão e greve dos estudantes.

Para o MPF, expressões como “prejudicar a ordem” e “ter atitudes de desrespeito” são vagas e abertas a interpretações autoritárias.

Dignidade humana



iStock.com

O MPF expediu duas recomendações à Eletrobrás Distribuidora Rondônia para que adote com urgência providências para instalação de energia elétrica nos acampamentos **Canaã, Raio de Sol e Renato Nathan**.

De acordo com as recomendações, a instalação de energia elétrica nos acampamentos está em fase de conclusão e a paralisação das obras no estágio em que se encontram pode causar prejuízos a todos os envolvidos.

Educação à distância



iStock.com

O MPF/RO recomendou à Secretaria de Educação (Seduc) que não impeça o **acesso** dos membros das Câmaras de Educação dos Territórios às escolas estaduais que estão implantando o projeto de ensino médio com mediação tecnológica.

O procurador Raphael Bevilaqua argumentou que o ensino médio com mediação tecnológica tem causado discussões e já foi objeto de uma ação movida pelo MP Estadual em Colorado do Oeste (RO) por supostas violações a normas regulamentares.

Idosos



Quinze empresas de transporte foram recomendadas a cumprir a lei e reservar pelo menos dois assentos gratuitos para pessoas maiores de 60 anos, com renda igual ou inferior a dois salários-mínimos, por veículo de transporte rodoviário in-

terestadual de passageiros.

Pela **recomendação**, as empresas devem informar sobre as vagas reservadas, nos guichês e postos de atendimento, através de cartazes e panfletos sobre o “bilhete de viagem de idoso”.

Se em determinados trechos as duas vagas gratuitas já estejam ocupadas por outros idosos, o idoso deve ter a opção de ocupar o assento gratuito nos trechos vagos e pagar a passagem dos trechos já ocupados.

A recomendação foi endereçada às empresas União Cascavel (Eucatur), Colibri, Gontijo, Expresso Internacional Ormeño, Itamarati, Maia, São Luiz, Rotas de Viação do Triângulo, Brasil, Kaszewski, Serra Azul, Viação Águia Branca, Apuí, Aragarina e Pretti.

INSS

Por lei, a apresentação de documentação incompleta não constitui motivo para indeferimento de benefício previdenciário. Para estes casos há a **justificação administrativa** (recurso usado na insuficiência de documento ou para produzir prova de fato ou circunstância de interesse dos beneficiários perante a previdência social).

Para que o INSS passasse a usar o recurso da justificação administrativa, o MPF/RO expediu uma recomendação, na qual enfatizou que é dever do INSS prestar ao interessado, em todas as fases do processo, os esclarecimentos necessários para o exercício dos seus direitos, tais como documen-



tação indispensável ao requerimento administrativo, prazos para a prática de atos, abrangência e limite dos recursos, não sendo necessária, para tanto, a intermediação de terceiros.

Saúde pública



Os prefeitos de **Alto Alegre dos Parecis** e de **Alta Floresta do Oeste** foram recomendados a obter as senhas de acesso ao Sistema de Informações do Câncer (Siscan), além de disponibilizar e orientar os prestadores de serviço a alimentar o sistema com dados relativos à requisição de exame, data de realização, resultado.

Os laboratórios públicos e conveniados ao Sistema Único de Saúde (SUS) devem fornecer o laudo para o usuário ou seu representante legal, ao médico responsável pela solicitação e à Unidade de Saúde solicitante.

As prefeituras devem aperfeiçoar o atendimento aos pacientes com neoplasia maligna para que o início do tratamento seja em 60 dias da data de confirmação do diagnóstico, conforme estabelece a legislação.

Ensino técnico



O município de Candeias do Jamari (RO), em 2015, perdeu o prazo para captação dos cursos do Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (**Pronatec**), fornecido pelo governo federal. Isso ocorreu porque o e-mail utilizado para contato com o Pronatec era o e-mail pessoal do secretário de Assistência Social.

Por essa razão, o MPF recomendou que a prefeitura criasse e-mail oficial de cada setor (Secretaria, Departamento, Diretoria, etc.), de forma que, além do secretário, outras pessoas da direção possam acessar as mensagens.

Progressão automática

A Secretaria Estadual de Educação (Seduc), o Conselho Estadual e as secretarias municipais de Educação receberam uma **recomendação** do MPF/RO para que não façam progressão automática de alunos da creche para o ensino infantil e do ensino infantil para o fundamental, quando a avaliação pedagógica ou psicopedagógica individualizada do aluno e o desejo dos pais indicarem o contrário.

A recomendação ocorreu porque houve confusão na interpretação de uma decisão judicial de 2014, na qual a Justiça Federal determinou que as escolas não poderiam mais exigir que crianças tenham quatro e seis anos completos até 31 de março para começarem a estudar nos ensinos infantil e fundamental, respectivamente.

Para o MPF/RO, devem prevalecer a avaliação pedagógica ou psicopedagógica e a concordância dos pais.



Parto humanizado



A Maternidade Mãe Esperança, de Porto Velho, recebeu uma recomendação do MPF e do MP/RO para que não use mais a **manobra de Kristeller** nos partos porque o método causa traumas nas mães e nos recém-nascidos. O método consiste em empurrar a barriga da mulher para forçar a saída do bebê.

Constou na recomendação que a Maternidade deveria capacitar suas equipes médicas para o parto humanizado, bem como afixar cartazes informando que a manobra de Kristeller não deve ser praticada e que o parto humanizado é reconhecido como direito das gestantes.

Ações civis públicas de 2015

Educação



Em 2015, a PRDC pediu à Justiça, em ação civil pública, que a **Faculdade São Lucas** fosse condenada a suspender as matrículas e a anular o vestibular do curso de Medicina, por usar provas de um banco de dados.

Na ação consta que a partir de então os processos seletivos da instituição só poderão ser feitos com provas inéditas, nas quais candidatos possam ter condições de igualdade na concorrência.

Nº da ação: 0000791-95.2015.4.01.4100

Segurança e serviços

Os Correios e o Banco do Brasil devem adaptar nova estrutura de **segurança nas agências** de todo estado de Rondônia.

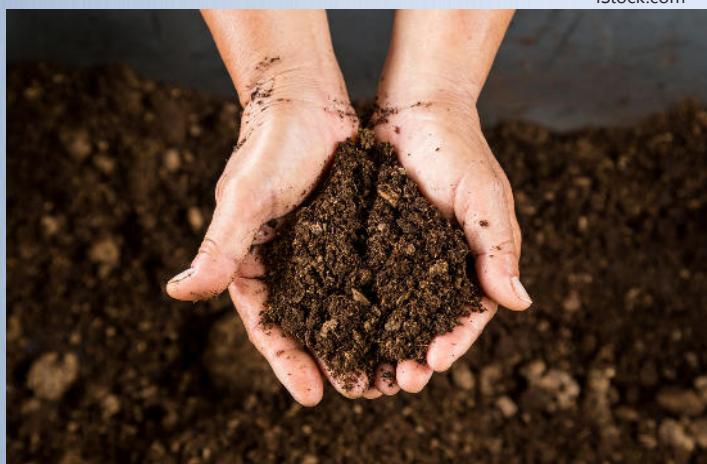
Nos correios foram registradas 75 ocorrências de assalto, totalizando prejuízo de 1 milhão e oitocentos mil reais, diferente do Banco do Brasil, onde as agências possuem sistema de segurança mais rígido.

Para a PRDC, as agências devem adquirir portas eletrônicas com detector de metais, vidros resistentes etc.

Nº da ação: 0010181-89.2015.4.01.4100



Hidrelétrica de Santo Antônio



Em uma ação civil pública, MPF/RO e MP/RO pediram à Justiça que obrigasse à Hidrelétrica de Santo Antônio o pagamento do auxílio financeiro às famílias do **Reassentamento Morrinhos** até o remanejamento delas para outra localidade onde possam ter terras produtivas, possam usufruir de reserva legal (extrativismo), bem como possam ter restituída a qualidade de vida social e econômica que detinham antes da barragem.

Nº da ação: 0008426-30.2015.4.01.4100

Sistema penitenciário



Desde 2011, a Secretaria de Justiça (Sejus) comprometeu-se a implantar o **Núcleo de Defesa do Preso Provisório**, e, mesmo com recursos financeiros, até 2015 não havia realizado o projeto. Por esta razão, o MPF/RO ajuizou ação contra a União e o Estado de Rondônia para que o Núcleo seja implantado e estruturado.

Para o MPF, a União falhou em não adotar providências cabíveis para que o Estado cumprisse as metas traçadas no Pacto para Melhoria do Sistema Penitenciário de Rondônia e Levantamento das Medidas Provisórias Outorgadas pela Corte Interamericana de Direitos Humanos.

Em outra ação, o MPF/RO também pediu que a Justiça condenasse a União e o Estado de Rondônia a comprar **tecnologia da informação para controle operacional e administrativo** de todo o Sistema Penitenciário de Rondônia.

Nº das ações:

0000792-80.2015.4.01.4100

0000790-13.2015.4.01.4100

Idosos

Idosos com renda igual ou inferior a dois salários-mínimos estavam sendo impedidos de comprarem **passagens com desconto de 50%**, pois as empresas não estão respeitando o direito assegurado pelo Estatuto do Idoso.

Isso porque a Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT) regulamentou que para adquirir passagens o idoso deveria comprar os bilhetes com antecedência.

O MPF/RO pediu à Justiça que condenasse a União e a ANTT a pagamento de multa caso as ilegalidades se repetissem.

Nº da ação: 0006150-26.2015.4.01.4100



Saúde



Pacientes do programa social **Tratamento Fora de Domicílio** passaram a receber passagens aéreas com três dias de antecedência, linha telefônica 0800, linha telefônica com aplicativo Whatsapp com plantões 24h exclusivo aos usuários do TFD de Rondônia.

A Justiça Federal atendeu ao pedido em ação civil pela PRDC, em que foram apontadas dificuldades que os pacientes encontram para conseguir a ajuda de custo.

Nº da ação: 0008055-66.2015.4.01.4100

Ações civis públicas de 2016

Energia elétrica



Em uma ação civil pública, o MPF/RO pediu à Justiça Federal a condenação da Eletrobrás a instalar a rede elétrica para as famílias do **Acampamento Canaã**, na linha C-19, Gleba Burareiro, zona rural de Ariquemes.

Para MPF/RO, a propriedade da área ainda está em discussão, motivo pelo qual todos os valores em jogo devem ser ponderados, prevalecendo a dignidade humana.

Nº da ação: 0002214-56.2016.4.01.4100

Hidrelétrica de Santo Antônio



MPF/RO e MP/RO ingressaram com uma ação na Justiça Federal para obrigar a Hidrelétrica de Santo Antônio a remanejar provisoriamente as famílias dos Assentamentos Joana D'Arc I, II e III, mediante auxílio financeiro mensal de 1.500,00 reais.

Para os órgãos, a Hidrelétrica, mesmo sabendo da proliferação do **mosquito Mansonia** nos assentamentos, não tomou providências. A quantidade excessiva desse mosquito tem prejudicado a saúde, o trabalho, o lazer, a qualidade de vida e até o sossego dos moradores.

Nº da ação: 0005710-93.2016.4.01.4100

Saúde



Em Porto Velho, uma jovem de 18 anos morreu em 2016 por falta de medicamento usado no tratamento de porfiria. Por causa disso, o MPF/RO ajuizou uma ação civil pública pedindo que a Justiça Federal obrigue a União a comprar e manter um estoque de, no mínimo, 100 doses do **medicamento hemina (ou hematina)** em Brasília ou qualquer outro local do país.

O remédio é usado no tratamento das porfirias, doenças genéticas raras e graves.

Nº da ação: 0012136-24.2016.4.01.4100

Benefício

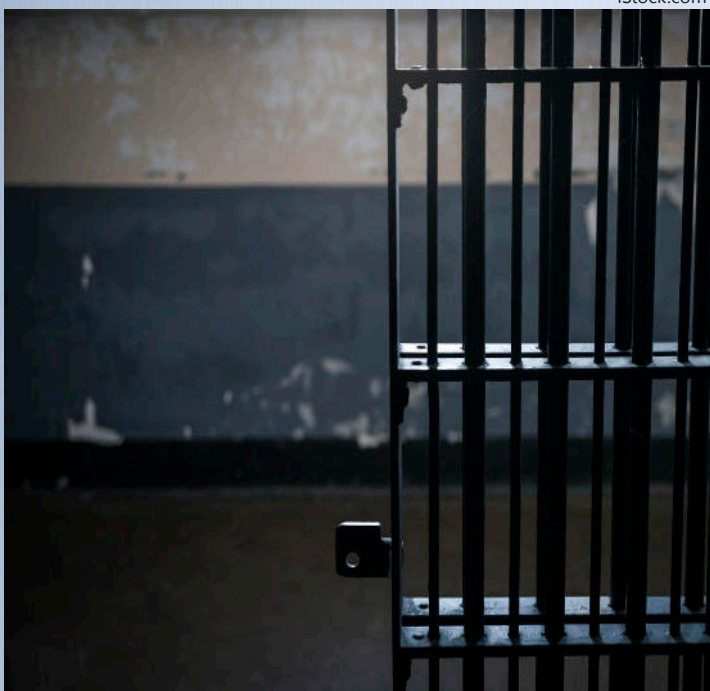


Devido à falta de **assistentes sociais nas agências do INSS**, pessoas em extrema pobreza esperam meses por avaliação social para receber benefício de prestação continuada.

A Justiça Federal atendeu ao pedido do MPF/RO e concedeu liminar que determina ao INSS a contratação de mais assistentes sociais.

Nº da ação: 000909-37.2016.4.01.4100

Pacto de melhoria



iStock.com

MPF/RO e MP/RO ajuizaram ação na Justiça para que a União e o Estado de Rondônia cumpram as medidas assumidas no “Pacto para Melhoria do **Sistema Prisional** e Levantamento de Medidas Provisórias Outorgadas pela Corte Interamericana de Direitos Humanos”, relativas à comarca de Porto Velho.

Vários itens dos cinco eixos de ação que deveriam ser executados não foram cumpridos, como a construção de uma Penitenciária Feminina em Porto Velho; construção de uma penitenciária com 800 vagas em Porto Velho, fortalecimento do Projeto Bizarrus com uma ação do Estado; construção de um complexo de polícia especializada; aparelhamento e capacitação dos conselhos da comunidade, entre outras obrigações.

Nº da ação: 0006374-27.2016.4.01.4100

Reforma agrária

Em 2016, o MPF/RO ajuizou três ações, em conjunto com o Incra e a União, para reintegração de posse, em favor da União, de terras pleitadas por particulares.

A primeira ação trata da “**Fazenda Formosa**”, de aproximadamente 2,5 mil hectares, em Alto Paraíso. Na ação consta que a fazenda faz parte de uma área de quase 42 mil hectares que, em 1997, foi desapropriada para fins de reforma agrária e originou o Projeto de Assentamento Rabo do Tamanduá do TD Sebastião.

Para MPF/RO, Incra e União, os réus (pretenso proprietários da “Fazenda Formosa”) usaram de meios fraudulentos para pleitear a regularização de suas ocupações, se recusam a sair do imóvel e já originaram diversos conflitos com movimentos sociais.

Em outra ação, os órgãos pedem que a Justiça ordene a reintegração de posse em favor da União de uma área conhecida como “**Fazenda Paredão**”, de aproximadamente dois mil hectares, em Machadinho do Oeste. A fazenda faz parte do Seringal União, de mais de 26 mil hectares, que foi desapropriado para a criação do Projeto de Assentamento Seringal União.

Os órgãos pediram em caráter de urgência que a Justiça determine que os réus (pretenso proprietários) parem de degradar a área de

preservação permanente e a reserva legal da Fazenda Paredão, até a decisão definitiva da posse da terra.

Outro pedido de reintegração de posse em favor da União foi em relação ao “**Sítio Alto Alegre**”, localizado em Machadinho do Oeste. O sítio faz parte da Gleba Machadinho, de 38,4 mil hectares, que foi arrecadada pela União e tornou-se o Projeto de Assentamento Santa Maria II.

Do total de 652 famílias assentadas nesse projeto, 18 venderam seus lotes aos réus (pretenso proprietários), sem consentimento do Incra, o que é ilegal. Posteriormente, esses 18 lotes foram ocupados 52 famílias do Movimento dos Camponeses de Rondônia, o que motivou um pedido de reintegração de posse por parte dos compradores dos lotes.

MPF/RO, Incra e União pediram que a Justiça que suspenda eventual ordem de desocupação das famílias de trabalhadores rurais sem-terra até o julgamento definitivo sobre a propriedade e posse da área.

Nº das ações:

0000836-65.2016.4.01.4100

0003399-32.2016.4.01.4100

0006620-23.2016.4.01.4100

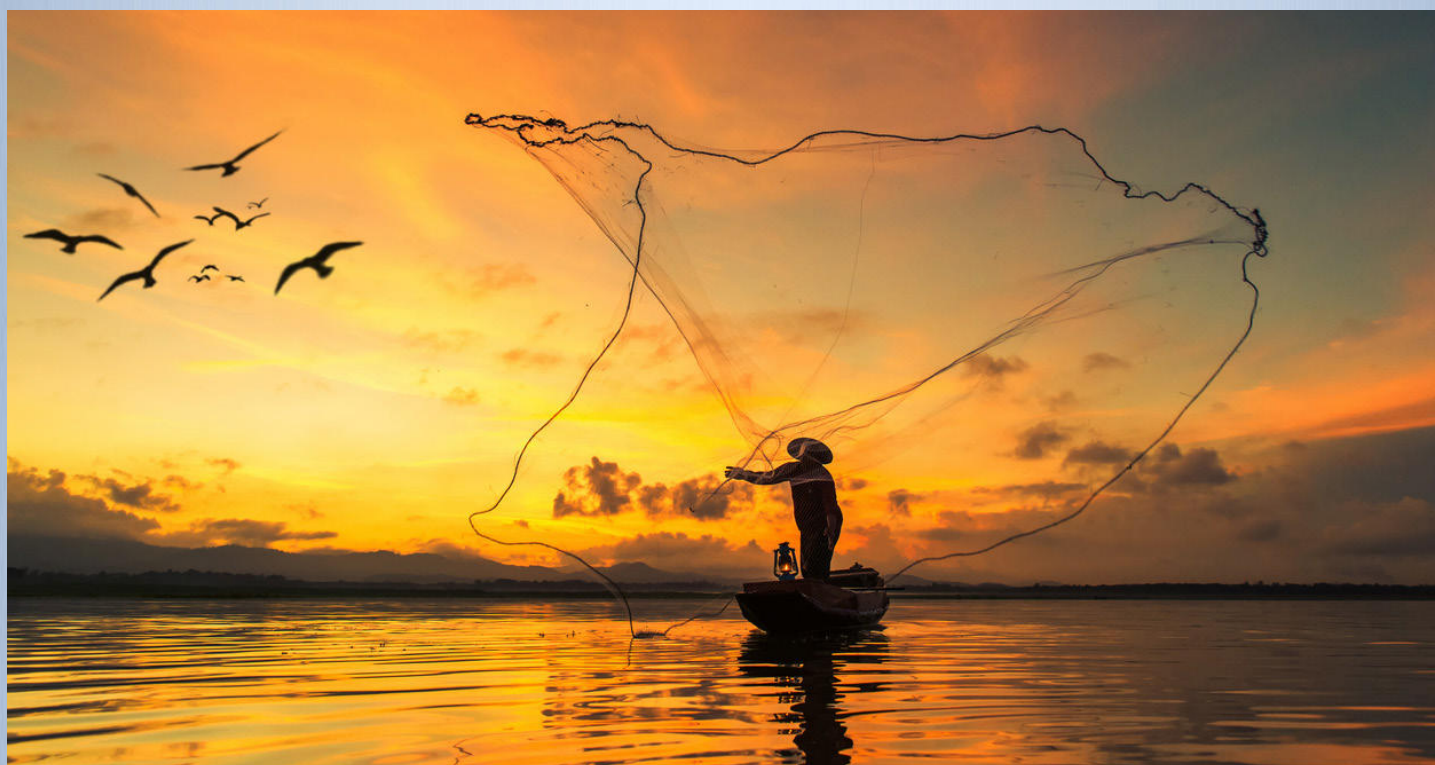
Igualdade e dignidade

Devido às negativas de concessão do **benefício a idosos e deficientes estrangeiros** gerarem múltiplas demandas judiciais, o MPF/RO entrou com ação civil pública, perante a Justiça Federal, em face da União (representando o INSS), com pedido para determinar a concessão do Benefício de Prestação Continuada (BPC) aos estrangeiros residentes, que atualmente se encontrem no país e que venham a requerer o benefício perante o INSS.

Nº da ação: 000787-24.2016.4.01.4100



Hidrelétrica de Jirau



Pescadores procuraram o Ministério Público para reclamar da **mortandade de peixes** e da perda de casas na quais moravam. Após investigar o caso, o MPF/RO e o MP Estadual ingressaram com uma ação civil pública contra o Ibama, a Energia Sustentável do Brasil (ESBR) - empresa responsável pela hidrelétrica de Jirau – e o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES),

Na ação, os órgãos pedem que a Justiça Federal obrigue o Ibama a **suspender, cancelar ou não renovar a Licença de Operação da hidrelétrica de Jirau** até que a

empresa cumpra integralmente as condicionantes do licenciamento ambiental.

Dentre os itens que precisa cumprir está o que trata do apoio à atividade pesqueira: pagamento imediato de auxílio financeiro para todas as 53 famílias indicadas em laudo pericial do MPF/RO, em valores iguais aos reassentados que não são pescadores ou, pelo menos, semelhante ao valor correspondente ao seguro defeso (um salário-mínimo), até que se elabore um estudo detalhado da renda dos pescadores antes da construção da barragem da usina hidrelétrica.

Nº da ação: 0008477-07.2016.4.01.4100

Notícias da PRDC divulgadas em 2015

Janeiro

Ascom



09/01/2015 [MPF/RO e MPE pedem que licença de operação da Usina Santo Antônio seja suspensa](#)

26/01/2015 [Ação do MPF/RO quer garantir cumprimento do Pacto de Melhoria do Sistema Penitenciário](#)

27/01/2015 [MPF/RO pede anulação do vestibular de Medicina da Faculdade São Lucas](#)

28/01/2015 [MPF recomenda que Unir reabra inscrição para vestibular devido a erro no sistema de cotas](#)

Fevereiro

04/02/2015 [MPF/RO pede anulação de concurso da Dataprev](#)

05/02/2015 [MPF/RO: Eletrobras terá de anular faturas de energia calculadas com base na média](#)

10/02/2015 [MPF/RO: Dataprev é obrigada a suspender concurso público](#)

Março

11/03/2015 [MPF/RO: CREA deve firmar termo de cooperação com Corpo de Bombeiros para prevenção a incêndios](#)

16/03/2015 [MPF/RO participa de audiência pública para tratar de direitos das mulheres camponesas](#)

31/03/2015 [IFRO deve garantir igualdade para surdos em concurso](#)

Abril



20/04/2015 [MPF/RO participa de audiência pública sobre congelamento de áreas irregulares em Porto Velho](#)

20/04/2015 [Seduc deve analisar conteúdo didático de livros que serão usados nas escolas, recomenda MPF](#)

30/04/2015 [Governo do Estado não pode limitar autonomia do Conselho de Saúde, recomenda MPF](#)

Maio

15/05/2015 [MPF/RO: Usina de Santo Antônio deve continuar auxiliando atingidos financeiramente](#)

Junho

03/06/2015 [Beneficiários do 'Bolsa Família' deverão ser identificados, recomenda MPF](#)

08/06/2 [Vacinação: MPF/RO recomenda que prefeituras cumpram as metas do Ministério da Saúde](#)

12/06/2015 [MPF/RO cobra melhorias para comunidades ribeirinhas do Baixo Madeira](#)

15/06/2015 [MPF/RO participa de reunião sobre a ocupação das casas em Nova Mutum-Paraná](#)

23/06/2015 [MPF/RO e MP/RO querem fiscalização para evitar abate clandestino de gado em Rondônia](#)

26/06/2015 [MPF/RO: liminar suspende despejo de 80 famílias em área rural de Machadinho D'Oeste](#)

29/06/2015 [MPF/RO recomenda que secretário de Saúde disponibilize senhas do Siscan](#)

Julho



01/07/2015 [Empresas de viagem devem garantir passagem com desconto para idosos, diz MPF/RO](#)

08/07/2015 [Em Rondônia, MPF e Defensoria Pública querem que governo aumente diária de pacientes do TFD](#)

23/07/2015 [MPF/RO: construtora e consórcio da hidrelétrica de Jirau prestarão informações sobre casas em Nova Mutum](#)

Setembro

08/10/2015 [INSS deve conceder benefício a estrangeiros com deficiência e idosos, recomenda MPF/RO](#)

10/10/2015 [MPF/RO processa BB e Correios por falta de segurança nos bancos postais](#)

11/10/2015 [União e Estado de Rondônia devem pagar passagens aéreas para pacientes do TFD](#)

Dezembro

02/12/2015 [MPF/RO recomenda mais transparência às cláusulas dos contratos do Minha Casa Minha Vida](#)

Notícias da PRDC divulgadas em 2016

Janeiro

27/01/2016 [MPF propõe ação civil pública para garantir concessão do Benefício de Prestação Continuada aos estrangeiros residentes no país](#)

Fevereiro

03/02/2016 [Em ação civil pública, MPF/RO pede que INSS seja obrigado a contratar mais assistentes sociais](#)

Março

01/03/2016 [Seduc atende recomendação do MPF/RO e cria grupo para analisar livros didáticos](#)

01/03/2016 [MPs e Defensorias conseguem melhorias no programa de saúde TFD em Rondônia](#)

02/03/2016 [MPF/RO recomenda que a prefeitura de Porto Velho recupere estradas de comunidade](#)

02/03/2016 [MPF/RO recomenda que Eletrobrás instale energia elétrica em acampamentos de trabalhadores rurais sem-terra](#)

03/03/2016 [MPF/RO recomenda que Candeias do Jamari melhore gestão pública para obter cursos do Pronatec](#)

14/03/2016 [MPF/RO: decisão suspende reintegração de posse contra 149 famílias na fazenda Formosa](#)

04/03/2016 [Para MPF/RO, sociedade precisa se mobilizar em defesa dos Direitos Humanos](#)

11/03/2016 [MPF/RO processa Eletrobrás por não instalar energia elétrica em área rural](#)

Junho

22/06/2016 [Cinco instituições recomendam que Governo de Rondônia respeite a liberdade de expressão de manifestantes](#)

29/06/2016 [MPF/RO: Seduc não pode impedir acesso de pessoas às escolas do projeto de educação à distância](#)

Ascom



iStock.com



Julho

07/07/2016 [Polícia Militar acata recomendação sobre respeito à liberdade de expressão](#)

08/07/2016 [MP/RO e MPF ingressam com ação na Justiça Federal contra o Estado e União por descumprimento de Pacto para melhoria de presídios](#)

Agosto

04/08/2016 [MPF atua na intermediação de conflitos em Rondônia](#)

30/08/2016 [Ministério Público pede à Justiça Federal em Porto Velho cancelamento da licença de operação da Hidrelétrica de Jirau](#)

Setembro

28/09/2016 [MPF/RO é contra o desalojamento de milhares de famílias em Candeias do Jamari](#)

28/09/2016 [MPF/RO recomenda que IFRO altere seu código disciplinar para permitir manifestação de opinião dos alunos](#)

Outubro

10/10/2016 [Em Porto Velho, MPF reúne educadores no projeto Educação Digital nas Escolas](#)

11/10/2016 [Instituições recomendam que organizadores mudem o nome de festa em Porto Velho](#)

27/10/2016 [Instituições recomendam que Universidade Federal de Rondônia apure conduta de professor de Direito](#)



Novembro

16/11/2016 [Nesta quinta-feira será realizado o projeto MP pela Educação Digital nas Escolas, em Porto Velho](#)

21/11/2016 [MPF/RO: Mais de cem educadores participam de oficina sobre segurança na Internet](#)

Dezembro

06/12/2016 [MPF/RO obtém decisão que obriga INSS a contratar mais assistentes sociais](#)

13/12/2016 [MPF/RO investiga racismo, apologia ao crime e ameaça em comentários no Facebook](#)

07/12/2016 [MPF/RO investiga se houve omissão da polícia em caso de homofobia](#)

15/12/2016 [MPF/RO pede que Justiça condene União a fornecer remédio para doença rara](#)